

CPI - FAKE NEWS - ELEIÇÕES 2018 (2)

07.08.2020

* * *

- Abre a reunião o Sr. Caio França.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - ... Registrado. Eu já aviso que a nossa TV Alesp está ao vivo e, dando sequência, solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, o deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Havendo consenso, está dispensada a leitura da Ata e fica considerada como lida a Ata da última reunião.

Passaremos então ao objeto da reunião, que é proceder à oitiva de representante da plataforma Twitter. Está conosco já. Foi solicitado o comparecimento perante esta CPI na finalidade de explanar sobre como o problema das fake news vem sendo tratado pela plataforma digital e quais medidas estão sendo adotadas para combater a disseminação de notícias falsas. Um requerimento do deputado Edmir Chedid.

Está aqui conosco o representante, jornalista, Sr. Fernando Gallo, gerente de políticas públicas do Twitter, a quem eu, de antemão, agradeço, em nome deste colegiado, pela gentileza em estar conosco e poder apresentar e tirar as dúvidas dos parlamentares em relação às políticas que o Twitter tem desenvolvido em relação às fake news.

Como já havia antecipado, a gente combinou de dar 15 minutos, até 15 minutos, para que o senhor possa apresentar, da maneira como achar melhor, as políticas que o Twitter vem desenvolvendo e, na sequência, já vou pedir para que os deputados possam fazer as suas inscrições para que a gente possa fazer as perguntas. Também conforme o

combinado antecipadamente, 15 minutos para cada parlamentar poder fazer os seus questionamentos e intervenções.

Mais uma vez, muito obrigado, Fernando, pela gentileza. Boa tarde para você. Que seja uma excelente reunião, esclarecedora para nós e para toda a sociedade.

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado Caio França, presidente desta CPI, Sras. Deputadas e Srs. Deputados membros desta comissão, demais pessoas que acompanham esta sessão, quero dar uma boa tarde a todas e a todos.

Para nós, do Twitter, essa é uma oportunidade que temos hoje de explicar sobre o trabalho que temos feito em relação ao tema da desinformação e ajudar também a qualificar esse debate.

Eu quero começar por dizer que o propósito de existir do Twitter é servir à conversa pública. Temos nos empenhado, e já fizemos um compromisso público nesse sentido, para que o Twitter seja um lugar saudável, no qual as pessoas confiam, e que seja um espaço que apoia o debate público democrático. Acreditamos que todo mundo deve ter o poder de criar e compartilhar ideias e informações instantaneamente, sem barreiras, e, ao mesmo tempo, para que esse objetivo seja alcançado, o Twitter precisa prover aos seus usuários um ambiente em que eles se sintam seguros ao se comunicar na plataforma.

Por isso, para proteger a experiência, a segurança das pessoas que usam o Twitter, existem algumas limitações no tipo de conteúdo e comportamento que permitimos. Essas limitações estão descritas nas regras do Twitter e nós queremos ser transparentes e queremos que as pessoas saibam que tipo de comportamento nós toleramos ou não. Por isso, essas regras são públicas e elas estão disponíveis no nosso site em português. Todo mundo que acessa o Twitter ou usa os nossos serviços deve aderir às políticas descritas nas regras do Twitter e o eventual descumprimento pode resultar na aplicação de uma ou de mais sanções.

Entrando no assunto que nos traz aqui hoje, quero enfatizar que nos importamos profundamente com o tema da qualidade da informação e com os efeitos que ela tem no debate público. E peço que me permitam descrever alguns aspectos da arquitetura do Twitter que são muito importantes, fundamentais para esse debate.

O Twitter é a única plataforma que é pública e de tempo real. Dessa forma, é uma ferramenta importante contra todos os tipos de informação falsa. Eu enfatizo essas duas características, porque elas são muito importantes para esse debate sobre a qualidade da informação.

O Twitter é público, o que significa que todo mundo pode ver tudo o que está sendo conversado na plataforma, incluindo as pessoas que não têm uma conta. E o nosso serviço também tem um mecanismo de busca que permite a qualquer pessoa encontrar tweets que foram feitos sobre uma certa pessoa ou um certo assunto, por exemplo. Isso torna possível que não apenas o conteúdo sobre um tópico específico esteja disponível publicamente, mas também que ele possa ser contestado por outras versões ou pontos de vista, por meio de respostas ou de retweets com comentários. No Twitter, todo mundo pode ver muitos pontos de vista sobre qualquer assunto.

E o Twitter também é uma plataforma de tempo real. Quando alguém twitta, o tweet vai chegar naquele mesmo instante aos usuários que decidiram seguir aquela conta. Isso é fundamental quando alguém precisa refutar alguma coisa em tempo hábil. Todos os dias, a todo instante, a gente vê milhares de jornalistas, de especialistas e cidadãos engajados twittando, corrigindo informações falsas e contestando outras versões em questão de segundos. Isso é muito importante, porque nós não podemos distinguir se cada tweet, de cada pessoa, é verdadeiro ou não. E nós, como empresa, não devemos ser os árbitros da verdade.

Para se ter uma ideia de como a questão da arquitetura da plataforma é importante para este debate sobre desinformação, aproveito para mencionar, em que pese não seja o nosso papel endossar esse ou aquele estudo: o instituto de internet da Universidade de Oxford publicou um estudo sobre o consumo de conteúdo noticioso e político no Brasil no Twitter durante as eleições de 2018. Foi uma pesquisa feita com oito pesquisadores, inclusive pesquisadores brasileiros. Uma das conclusões do estudo foi a seguinte, eu abro aspas: “O conteúdo produzido por fontes profissionais foi o mais compartilhado no Twitter, constituindo aproximadamente 50% do total de compartilhamentos, enquanto que o conteúdo polarizante e conspiratório representou menos de dois por cento dos compartilhamentos. Os usuários brasileiros do Twitter estão compartilhando mais conteúdo político profissional nessa rede social do que ‘junk news’, a maior proporção em todas as eleições que estudamos”.

Segundo essa pesquisa, apenas 1,2% do conteúdo que circulou no Twitter durante o primeiro turno da eleição foi considerado de baixa qualidade. Isso não significa que nós não temos um compromisso e muito trabalho a fazer em relação ao tema da desinformação. Muito pelo contrário. Temos trabalhado em uma série de frentes e eu gostaria de mencionar aqui algumas delas.

Nós temos combatido, cada vez mais proativa e agressivamente, automações maliciosas e outros tipos de manipulação de plataforma. E eu logo mais falarei sobre o combate a robôs.

Temos também desenvolvido políticas relacionadas a alguns temas, como a política que lançamos sobre a Covid, logo no início da pandemia, que veda 11 categorias de conteúdos. Também lançamos uma política de integridade cívica, que proíbe alguns tipos de conteúdos relacionados a eleições e a outros eventos cívicos. E também lançamos este ano uma política de mídia sintética e manipulada que nos permite aplicar medidas contra os chamados “deep fakes” e contra medidas que foram distorcidas com o intuito deliberado de enganar as pessoas. Além disso temos feito uma série de intervenções em várias áreas da plataforma, para ajudar as pessoas a encontrarem informações de credibilidade.

Nós também anunciamos, recentemente, a criação de filtros e etiquetas para marcar “tweets” que não violam as nossas regras, mas que estejam tuitando informações não verificadas ou disputadas. Essa é uma forma de dar mais contexto para as pessoas, sobre o que elas estão lendo ou vendo no Twitter.

Temos ainda apoiado projetos de checagem de fatos e de educação midiática, inclusive vou encaminhar à Comissão dois guias de educação midiática, que lançamos no segundo semestre do ano passado. Um com a parceria da OEA, a Organização dos Estados Americanos, e o outro com a Unesco.

Quero aproveitar esta oportunidade para endereçar o tema das automações indevidas, os robôs. E dizer o seguinte: “Automações podem ser positivas, como por exemplo, aquelas que fazem emissão de alertas de notícias ou prestação de serviço. O que nós enfrentamos com vigor são comportamentos automatizados, que prejudicam a experiência e a conversa pública no Twitter.

Temos trabalhado para detectar proativamente contas e comportamentos abusivos, e investimos em ferramentas que identificam e agem automaticamente, em contas que disseminam “spam” ou que atuam de forma coordenada. Isso nos permite enfrentar tentativas de manipulação de conversas em grande escala.

Aproveito para chamar a atenção para o tema das pesquisas de terceiros, que têm sido publicadas - algumas até por instituições sérias - tentando adivinhar se contas no Twitter são robôs. Muitos desses estudos, ainda que sejam bem-intencionados, têm se mostrado profundamente imprecisos e metodologicamente falhos.

Esses estudos de terceiros, como aqueles que usam aplicativos que tentam adivinhar se perfis são ou não robôs, só acessam sinais externos das contas. São informações muito limitadas, em relação àquelas que o próprio Twitter dispõe, para determinar se uma conta é ou não uma automação indevida.

Essas pesquisas externas, também, muitas vezes ignoram, que o Twitter tem ferramentas que reduzem o alcance de tweets de contas de baixa qualidade. E em nossas “Api’s”, eventualmente, os pesquisadores acabam encontrando “tweets” e contas que não estão impactando os nossos usuários.

Além disso, muitas dessas redes de automação são compostas por contas que seguem umas às outras, compartilhando conteúdos entre si, que dificilmente irão impactar o usuário comum. Além disso, via de regra, esses estudos de terceiros não podem ser considerados pesquisas científicas, porque eles não são revisados por pares”

Isso tudo posto, quero dizer que o nosso trabalho está muito longe de ser terminado. Isso o que relatei é apenas uma parte do nosso esforço para melhorar a saúde da conversa, e fazer a experiência de todo mundo no Twitter, melhor. Estamos comprometidos em continuar melhorando e nos mantermos responsáveis e transparentes, à medida em que a gente trabalha para melhorar a saúde do nosso serviço e a experiência dos nossos usuários.

Era essa a minha intervenção inicial. Agradeço e me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço ao Sr. Fernando Gallo, representante do Twitter, que hoje presta colaboração com a nossa CPI. Passarei na sequência para a lista de inscritos, a quem eu já convido o deputado Arthur Do Val, primeiro inscrito. Como disse, no tempo de 15 minutos, para que possa fazer a sua manifestação.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Presidente, eu acabei não me inscrevendo, porque o Paulo pediu para eu fazer a primeira intervenção, vou me inscrever, então.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Vamos nos inscrever pelo chat, só inscrever. A gente está com tranquilidade aqui. Vou passar a palavra ao deputado Arthur Do Val. Deputado Arthur, as perguntas são bate, bola ainda. Então, 15 minutos para suas perguntas e intervenções e o Fernando, responde.

Então não vou nem mediar aqui, é uma coisa com a outra. Assim que tiver com o tempo concluído, com dez minutos eu já aviso, se for o caso, ok? Com a palavra o deputado Arthur Do Val.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Obrigado pela exposição, na verdade a minha é muito rápida. A primeira coisa, é o seguinte - eu até tinha perguntado previamente, até para a plataforma poder se preparar -: gostaria de saber se há como saber a identificação, a identidade de determinadas contas, de determinados perfis do Twitter?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, agradeço a pergunta. O que posso dizer a V. Exa. é que em observância da legislação brasileira, pela qual nós evidentemente temos bastante respeito, mediante ordens legais válidas, podemos vir a fornecer dados referentes a usuários. Essa postura decorre é claro, do compromisso que nós temos com a legislação brasileira, e o respeito às ordens legais que nos são destinadas.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Entendi. Bom, então há como identificar, não é? No caso de um perfil chamado fake, um perfil fictício, é possível identificar ou o número de celular, ou alguma coisa que leve ao dono daquele perfil?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, de novo, mediante uma ordem legal válida, eventualmente a gente pode fazer o fornecimento de dados como esses. O usuário, quando se cadastra no Twitter, deve informar um telefone ou um e-mail. Mediante ordens legais válidas, eventualmente nós podemos fornecer essas informações.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Bacana. Uma segunda pergunta, na verdade é uma dificuldade que pessoalmente encontro nas redes sociais, principalmente no Youtube, que é onde eu trabalho mais. É uma questão da subjetividade, daquilo que pode e o que não pode.

Vou dar um exemplo para você: no Youtube, por exemplo - não é o caso do Twitter -, você tem alguns problemas com discurso de ódio. Tem uma outra cláusula que você não pode desrespeitar, que é a questão do “bullying”. A questão é: o que é “bullying”? O que é o discurso de ódio? A gente cai sempre nessa subjetividade.

No caso do Twitter - as regras que estão expostas no site - existe uma cláusula que diz assim: conduta de propagação de ódio, também não é permitido promover violência

etc. etc. etc. Já vi contas sendo suspensas por usarem algumas palavras, como por exemplo, a palavra retardado.

Queria saber se existe algum trabalho, dentro do Twitter, para justamente esclarecer aos seus usuários, de uma maneira mais objetiva e menos subjetiva, exatamente aquilo que pode e aquilo que não pode. Digo isso, porque sinceramente essa é a maior dificuldade que encontro, dentro das redes que utilizo, para que você se adeque a essas condutas. São só essas as perguntas. Obrigado pela presença.

O SR. FERNANDO GALLO - Eu que agradeço por suas perguntas, deputado. Agradeço também pela menção às regras do Twitter. Isso me dá a oportunidade de falar sobre as regras, porque o Twitter fez quatorze anos em março, parece muito, mas em termos históricos, é pouco.

A gente sabe que as pessoas ainda estão aprendendo a navegar no mundo digital, e muitas delas não sabem que o Twitter tem um conjunto de regras que definem o que é permitido ou não. Muita gente entende que pode tudo na plataforma, e nós temos regras que definem isso, inclusive, no ano passado, uma das coisas que nós fizemos foi tentar simplificar essas regras.

Se hoje alguém entrar no site do Twitter, vai encontrar as regras do Twitter em uma descrição curta e um hyperlink, aí sim, para uma versão estendida daquela política, onde vai poder ter um detalhamento do que é permitido ou não a respeito daquela política. Por exemplo, evidentemente as pessoas não podem fazer ameaças de violência, as pessoas não podem divulgar informações privadas dentro do Twitter - para cada uma dessas regras tem uma descrição mais ampla.

A gente tem feito um esforço de explicar melhor as nossas regras, seja por meio dos nossos canais no próprio Twitter, por meio dos nossos blogs, por meio de treinamentos que a gente franqueia, mas evidentemente, se houver algum questionamento específico, eu posso seguir com o Sr. e sua equipe para que a gente possa tratar mais disto. A gente, de novo, fez este reforço de tentar dar mais clareza às regras no ano passado e eu fico à disposição do Sr. e da sua equipe para qualquer questionamento mais específico.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Eu só quero registrar a presença do deputado Edmir Chedid aqui conosco; também dar sequência à nossa lista de inscritos.

Eu passo então a palavra ao deputado Paulo Fiorilo pelo tempo de 15 minutos. Deputado Paulo, quando der dez minutos, eu vou avisar pelo chat e na sequência faço por aqui também.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, presidente. Queria agradecer a presença do Sr. Fernando Gallo, muito obrigado pela presença. Como eu tenho 15 minutos e são perguntas e respostas, vou tentar aproveitar o máximo possível e se o Sr. puder ser objetivo também me ajuda muito.

Vou começar pelos termos de uso, que o deputado Arthur fez referência. Queria perguntar ao senhor: a expressão “notícia falsa” ou “fake news” foi incluída nos casos em que o Twitter pode remover o usuário ou a publicação?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, nós temos feito um esforço bastante grande em relação ao tema de desinformação. Isso passa pelo combate a automação maliciosas e outros tipos de manipulação de plataforma, pela elaboração de políticas, como por exemplo a política de Covid, que a gente desenvolveu no começo de março e lista categorias de coisas que as pessoas não podem tweetar a respeito de Covid.

Pela nossa política de mídia sintética e manipulada para combater vídeos sintéticos ou que tenham sido distorcidos com o objetivo de enganar as pessoas, intervenções de plataforma para ajudar as pessoas a encontrar informações de credibilidade dentro do Twitter. Temos apoiado iniciativas de projetos de checagem de fatos, educação midiática, inclusive com a produção de materiais com a OEA, com a Unesco.

Então, nós temos sim de diversas formas enfrentado o fenômeno da desinformação e, ao mesmo tempo, é importante dizer que nós não temos uma política sob a qual nós atestemos a veracidade do conteúdo, porque nós entendemos que não é papel do Twitter arbitrar o que é verdade ou não. Nós não temos uma política sobre desinformação.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então, à minha resposta, o Sr. diria que a expressão “notícias falsas” não consta nos termos de uso que o Twitter tem. É isso, sim ou não?

O SR. FERNANDO GALLO - Nós não temos uma política sobre desinformação.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Existe algum critério utilizado pela plataforma para remoção do conteúdo ou contas de usuário? Como as denúncias de existência de conteúdo impróprio feitas por usuários são recebidas e analisadas pela plataforma? Como funciona este mecanismo?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, nós temos um conjunto de regras que determina o que é permitido ou não dentro da plataforma e todo tweet, toda conta, toda e qualquer mensagem direta pode ser denunciada ao Twitter.

Esse tweet, essa conta ou essa mensagem vai para uma equipe especializada que faz o confrontamento daquele conteúdo com as nossas regras; se ele não estiver em violação, ele permanece como está, se ele estiver em violação, há uma gama de sanções que podem ser aplicadas. É importante dizer que a gente tem investido em tecnologia para tentar detectar proativamente conteúdos potencialmente abusivos.

Para o Sr. ter uma ideia, dois anos atrás, 0% do conteúdo que o Twitter sancionava por abuso tinha sido detectado por meio de tecnologia, hoje esse número é um pouco mais de 50%. Significa que a gente fez um progresso bastante grande nessa seara e, ao mesmo tempo, significa que a gente ainda depende de denúncias de usuários. De qualquer forma, todos esses conteúdos vão para uma equipe que faz o confronto com as nossas regras e definem se estão em violação ou não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A plataforma dispõe de registro das denúncias de conteúdos ou contas realizados pelos usuários e eventuais pedidos de remoção atendidos durante o período eleitoral de 2018?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, nós temos uma central de transparência onde a gente coloca uma série de informações, seja sobre a forma como a gente recebeu denúncias ou aplicou denúncias contra conteúdos que potencialmente violassem os nossos termos de serviço, quanto também em relação a ordens judiciais que a gente recebeu.

Então, a gente procura dar transparência a isso e ter um local destinado na nossa plataforma para isso. A gente quer ser transparente, cada vez mais transparente a respeito da forma como a gente atua.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Se eu consultar esse caminho que o Sr. disse, eu encontro quais foram as contas retiradas e os motivos ou não?

O SR. FERNANDO GALLO - Ali está descrito, por exemplo, “por violações da plataforma”, que tipo de violação em volume em um determinado período de tempo. Então, aquilo que foi removido por comportamento abusivo, foi removido por...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sei, mas o Sr. tem o nome dos usuários que foram removidos ou não? Por exemplo, o Twitter me deletou, me removeu, esta informação consta neste arquivo ou não?

O SR. FERNANDO GALLO - Essa informação é um agregado, lembre-se que a gente está operando uma plataforma global. Evidentemente a gente sabe que há períodos e eventos específicos que são muito importantes, mas a gente está operando uma plataforma que é global, então a gente tem que ter uma abordagem global e de escala também. Então, o que o Sr. pode verificar lá é um agregado do número de contas que foram sancionadas.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas é possível eu conseguir as informações? É isso o que eu preciso saber.

O SR. FERNANDO GALLO - Sobre contas que...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Foram removidas.

O SR. FERNANDO GALLO - Em um determinado período de tempo...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Dois mil e dezoito. Eleição de 2018.

O SR. FERNANDO GALLO - Nós não temos... De novo: tem por períodos de tempo, não para períodos específicos como eleição, por exemplo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sim, mas se eu pedir 2018 vocês têm?

O SR. FERNANDO GALLO - A gente tem um agregado em um período de tempo global em um país.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Ok. Deixa eu perguntar: ainda neste período recente, considerando de 2018 pra cá, houve alguma ação de remoção ou suspensão de contas feitas pela plataforma com motivo relacionado a conteúdo ofensivo à imagem de pessoas e instituições, como o STF, Congresso, Partidos Políticos etc.?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, a gente aplica as nossas regras a todo momento. A gente tem, de novo, foi um conjunto de regras que estão descritas no nosso site. A gente aplica as nossas regras a medidas contra cada uma dessas regras caso elas venham a ser violadas.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Vou fazer uma pergunta mais difícil. O senhor pode informar à CPI quais foram as contas que violaram essas regras, já que elas foram retiradas?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, a CPI tem o poder de, eventualmente, requerer essas informações.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Então vamos solicitar essas informações específicas. Como a plataforma se comporta ao perceber postagens que contenham ofensas à imagem de pessoas e instituição? No caso de notícias falsas, o senhor disse que não é papel do Twitter decidir se é notícia falsa ou não. Mas, no caso de ofensa, como se comporta o Twitter? Ele tira a conta? Informa o seu usuário? Qual é o procedimento?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, muitas vezes a ofensa vem junto com alguma coisa que eventualmente viole as nossas regras, como comportamento abusivo, ameaça. Nesses casos a gente aplica as nossas medidas. Nós não temos uma política específica sobre ofensa, por entender que isso seria por demais restritivo à liberdade de expressão. Mas é importante notar que o Brasil tem uma legislação, tem previsões legais para esse tipo de comportamento. Isso está tipificado na legislação brasileira.

Como frisei, atendemos ordens legais válidas quando somos acionados pela Justiça.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas, sem ser acionado pela Justiça, o Twitter também tem uma política própria de remoção, como o senhor disse que está no termo de uso. Perfeito?

O SR. FERNANDO GALLO - Perfeito. Quando a ofensa vem acompanhada de algum conteúdo como assédio, comportamento abusivo, conduta de ódio, ameaça, ela é removida. Mas não temos uma política específica sobre ofensa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Quais procedimentos são tomados em relação à criação e utilização de contas de usuários inautênticos, como os robôs, os “bots”? Há algum procedimento para a averiguação frequente da existência dessas contas? O senhor já fez referência aos mecanismos que estão criados. Mas se o senhor pudesse, aprofundar nisso.

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, agradeço pela oportunidade que o senhor está me dando. Porque temos feito um esforço, há bastante tempo, para ajudar a qualificar esse debate. Para tentar explicar melhor, vou dar um passo para trás para dizer o seguinte: nem toda a automação é ruim, nem toda a automação prejudica a experiência dos usuários dentro da plataforma.

Você tem, por exemplo, automações emitindo alertas de notícias, de desastres naturais dentro do Twitter. Nestes casos, a gente entende que tem um impacto positivo na experiência dos usuários. A gente vai lá e mantém essas contas na plataforma. O que a gente tem combatido cada vez mais proativa e agressivamente, sem esperar qualquer tipo de denúncia, são automações maliciosas.

É mais complexo que isso, mas, a grosso modo, tentando simplificar, são automações que se comportam como spam. São automações que estão tentando distribuir tuítes em massa ou retuitar tuítes em massa. É muito claro para nós quando esse tipo de conta é uma automação indevida. Nesse caso a gente vai lá e automaticamente suspende a conta.

Às vezes, a gente pode impor desafios às contas para garantir que haja um humano no controle daquela conta. Isso pode ser obrigando aquela conta a digitar um “captcha”. Pode ser obrigando aquela conta a digitar um número de celular. O tipo de desafio vai

variando. No momento que a gente impõe o desafio, duas coisas acontecem automaticamente.

A primeira é que a conta fica limitada do ponto de vista da funcionalidade dela. Ela não consegue tuitar, não consegue retuitar, não consegue fazer nada. A segunda é que ela fica limitada do ponto de vista da visibilidade dela. A pessoa que teve a conta desafiada, aquela conta não vai aparecer nas buscas, como as conversas, por exemplo. O usuário médio do Twitter não vai ver aquela conta. É dessa forma proativa e agressiva que a gente tem combatido as automações dentro do Twitter.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O meu tempo está se esgotando. Tenho uma última questão nesses dois minutos. Nós acompanhamos a eleição de 2018 e percebemos a quantidade de notícias falsas que acabaram prejudicando, de uma forma ou de outra, o debate eleitoral, e aquilo que vocês mais prezam, que é um veículo de informação e de transparência.

A pergunta é: nós estamos nos aproximando de uma outra eleição em 2020. O Twitter tem algum grupo de estudo, de trabalho para pensar medidas para evitar que essa ferramenta possa ser utilizada por uma situação negativa, contrária aos princípios do Twitter?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, obrigado pela pergunta. Tem um estudo de Oxford e tem um outro que mostra que o Twitter analisou campanhas de desinformação em 70 países. E mostra que o Twitter foi a única plataforma que não sofreu com campanhas de desinformação em 2018. Somado ao fato daquela outra pesquisa que mostra que só 1,2% do conteúdo que circulou no Twitter foi conteúdo de baixa qualidade.

As pessoas costumam se referir às plataformas. Mas plataformas diferentes têm arquiteturas diferentes. Portanto, o fenômeno da desinformação se manifesta de uma maneira diferente em diferentes plataformas. Evidentemente, temos um compromisso, independentemente de escopo, com o combate à desinformação.

Nós aprendemos muito com os últimos anos. Reforçamos as nossas equipes. Reforçamos os nossos sistemas. Reforçamos as nossas relações com parceiros. Estamos participando, inclusive, do grupo de combate à desinformação do Tribunal Superior Eleitoral. Estamos profundamente empenhados em garantir que a gente tenha, no Twitter, uma conversa hígida sobre o período eleitoral.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado, senhor Fernando Gallo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumpri o meu horário.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado, deputado Paulo. Cumpriu, sim. Dando sequência, passo a palavra à deputada Janaina Paschoal pelo tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – PSL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o doutor Gallo e agradeço o fato de ter aceitado o nosso convite. Doutor, vou fazer algumas juntas, aí acho que fica mais... O senhor, na sua explanação, fez referência a um conjunto de regras visando controlar ou cuidar da qualidade de eventos cívicos. Anotei aqui. Eventos cívicos, se não me engano. Eu queria que o senhor, se possível, detalhasse melhor o que seria isso.

Da mesma forma, o senhor falou que existe uma normativa ou um conjunto de regras tratando de automação maliciosa. O senhor, rapidamente, falou que existe automação positiva. Eu gostaria de entender que tipo de automação é positiva.

Faço essa pergunta porque tenho acompanhado os trabalhos da CPI em Brasília. Percebi que algumas testemunhas falam de perfis falsos do bem e perfis falsos do mal. O perfil de Twitter falso não seria uma coisa errada, uma coisa ruim em si. Então eu queria entender o que é, na visão do Twitter, uma automação positiva. Então essa questão dos detalhes dos eventos cívicos, se não me engano, foi isso. O que seria uma automação positiva, para o Twitter? Se o senhor puder responder, eu continuo na sequência.

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputada. Nós temos uma política sobre integridade de eleições para impedir... Ela é muito focada nos dias de votação, mas, para impedir, por exemplo, que pessoas tuítem coisas como “para votar no candidato tal, mande um SMS para o número tal”. A gente sabe que no Brasil a gente não tem votação por SMS, por exemplo. Ou para impedir que pessoas se passem por funcionários de autoridades, de órgãos, de instituições eleitorais, enfim, qualquer filiação enganosa também está coberta por essa política.

Era uma política de integridade de eleições que a gente expandiu para chamá-la de política de integridade cívica, para que não apenas eleições, mas outros eventos cívicos, como referendos e como censo, por exemplo, também estivessem cobertos por essa política.

Sobre a questão das automações, há uma série de automações. A senhora que veio do campo jurídico, por exemplo, tem um portal de notícias, o “Jota”, que tem um robô no Twitter, que é o @ruibarbot. Ele é um “bot” no Twitter que está conectado com o sistema de acompanhamento processual do Supremo Tribunal Federal e ele tuíta. Eles mapearam 200 ou 300 processos de grande interesse e o “bot” tuíta toda vez que aquele processo está parado em algum escaninho do Supremo.

Tem outros robôs. Tem um que se chama, por exemplo, “Elas no Congresso”, que monitora pautas relacionadas às mulheres nas duas Casas Legislativas, tramitação das duas Casas, nas Casas Legislativas.

Enfim, tem uma série de robôs, de automações que têm esse caráter mais cívico. Nesse caso, a gente entende que elas são positivas. Tem outros, o próprio TSE tem um robô para prestação de serviços no Twitter, você pode consultar o seu título de eleitor, o seu local de votação por meio desse robô no Twitter. Isso a gente entende que tem um caráter bastante positivo na experiência das pessoas.

E essas automações, sim, a gente está trabalhando para preservar, não é só uma posição do Twitter, a sociedade civil também tem feito essa distinção, justamente chamando atenção de que nem toda automação é negativa.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sim. Aí o senhor mencionou que também foi feito um conjunto de regras referentes à Covid. Nesse ponto eu queria trazer situações concretas, como, por exemplo, um vídeo da médica Stella, uma médica, se eu não me engano, angolana, que dá aula em uma universidade do Texas. Ela gravou um vídeo falando de casos concretos que ela, como médica, atendeu e que ela ministrou. No caso, ela estava falando da cloroquina, mas existem outras situações, por exemplo, falando de azitromicina. Eu vou juntar isso tudo num tratamento precoce da Covid.

Nisso, chamou muito a atenção que o Twitter, e até onde eu sei, sem nenhuma provocação judicial, tenha excluído esse vídeo quando postado pelo presidente Trump, depois pela cantora Madonna. Houve alguns casos aqui no Brasil também de médicos que teriam feito pronunciamentos na mesma linha que tiveram seus vídeos retirados.

Não sei se o Twitter noticiou dessa forma, mas a imprensa noticiou como sendo fake news. Em um primeiro momento, eu interpretei que aquelas pessoas não fossem de verdade médicas, que alguém tivesse se passado por um médico. Depois eu percebi que não, eram médicos expondo sua percepção sobre essa questão, alguns contando sua experiência concreta.

Assim, eu que estou acompanhando a ponta e participando de vários debates, inclusive no Brasil existe um grupo grande de médicos pela vida, são médicos que estão enfrentando todo tipo de obstáculo para sustentar que o mais correto é tratar no início, independentemente de ser com cloroquina ou não, mas tratar no início.

Aí eu pergunto para o senhor, não é uma forma de censura, não é abraçar uma visão da ciência, porque a gente sabe que essa coisa de que a ciência é uma uniformidade, isso não existe. Quem conhece a ciência, quem faz ciência sabe que existem linhas e desenvolvimento de ideias, de teses. Não seria precipitado, uma verdadeira censura mesmo, o Twitter retirar vídeo de médicos tratando de sua percepção como profissionais daquela área? Eu queria ouvir o senhor e entender por que a empresa decidiu abraçar uma linha de pensamento, sendo que no mundo existem muitos médicos que advogam um caminho diferente.

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputada, para que a gente possa... O Twitter é uma plataforma de liberdade expressão, mas, ao mesmo tempo, para que a gente possa ter um espaço seguro e saudável a gente tem algumas limitações de conteúdo que as pessoas não podem tuitar na plataforma e a gente precisa ter a capacidade de remover esses conteúdos.

É claro que ninguém quer ver no Twitter, por exemplo, conteúdos relacionados à exploração sexual de crianças, ninguém quer ver no Twitter conteúdos relacionados ao terrorismo, ninguém quer ver ameaças violentas dentro do Twitter. A gente precisa ter habilidade e a capacidade de fazer a remoção.

E para orientar esse nosso trabalho e para que as pessoas saibam que conteúdos estão permitidos ou não é a razão pela qual a gente tem regras. Uma alteração que a gente fez, na verdade, uma atualização que a gente fez, o debate sobre moderação de conteúdo está muito relacionado, eu não conheço caso específico, mas o debate sobre moderação de conteúdo está muito focado em manter o conteúdo no ar ou retirar. Uma coisa que a gente fez recentemente foi anunciar, para dar mais granularidade a esse tipo de, a alguns conteúdos que, eventualmente, não violam as nossas regras, foi anunciar a possibilidade de fazer uma rotulagem, colocar uma etiqueta no tuíte para casos em que, eventualmente, aquela informação não foi verificada ou é uma informação disputada, para que a pessoa possa clicar naquele rótulo e obter ainda mais informações sobre aquele conteúdo.

De novo, eu não conheço o caso específico, mas a gente está trabalhando inclusive para sair dessa dicotomia entre mantém no ar ou retira. Esse é um meio do caminho,

também ajudar as pessoas a encontrarem mais contexto e mais informações sobre um determinado conteúdo que esteja circulando dentro do Twitter. Isso vale, inclusive, para política de Covid.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Doutor, o senhor trouxe a questão da exploração sexual de crianças, que é uma área na qual eu sempre me dediquei, combater esse tipo de abuso. Eu, como advogada, não estou exercendo agora, mas, como advogada, digo com tranquilidade: nem sempre é fácil tirar esses conteúdos da internet.

E aí falo genericamente, seja Twitter, Facebook, YouTube principalmente, tem muitos casos de vingança, por exemplo, sexual. A pessoa, o parceiro ou a parceira filma o casal, aí o relacionamento acaba, joga aquele material e, muitas vezes, são debates jurídicos intensos para conseguir retirar o material, mesmo quando é algo assim, gritante.

De um tempo para cá eu tenho percebido uma banalização de retirada de material, inclusive sem ordem judicial. Coincidentemente, essa mudança de política, esse maior rigor ocorre quando a direita começa a chegar ao poder. Eu sinto isso nos Estados Unidos, no Brasil, na Hungria, ou seja, nós começamos a ter políticos de direita ou, podemos falar, de extrema direita, vamos dizer assim, chegando ao poder.

E aí as plataformas que sempre foram resistentes em tirar conteúdos gritantes, agressivos, gritantemente agressivos, mesmo com ordem judicial, essas plataformas começam a, por iniciativa privada, com discurso de ética, de moralização, a retirar esses conteúdos. Não haveria aí um viés ideológico?

Eu faço essa pergunta com muita tranquilidade, porque eu sou muito atacada, tanto pela esquerda como por essa extrema direita.

Então, eu percebia que, na época que os ataques vinham mais da esquerda, ninguém tirava perfil do ar, ninguém cerceava nada, ninguém falava em ataques organizados, se eram organizados. E quando começaram os ataques da direita, dos quais eu também sou vítima, rapidamente as plataformas se organizaram para retirar.

Então, não existiria aí uma questão ideológica, doutor?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputada.

Queria começar por reagir ao começo da sua fala, para dizer que o Twitter tem uma política de absoluta, zero tolerância, em relação a conteúdos de exploração sexual infantil. A gente detecta isso proativamente, temos inclusive tecnologias para detectar isso proativamente e reportar às autoridades.

Estou aqui no Twitter há quatro anos e não soube de um caso sequer em que tenha sido difícil encontrar.

Em relação à segunda parte de sua fala, nós não temos nenhuma política, ou nenhum critério sobre o qual a gente eventualmente venha a atestar a filiação político-partidária ideológica de quem quer que seja.

Aliás, nem seria possível fazer. Nós temos milhões de usuários no mundo. O que determina o conteúdo que vai ficar na plataforma e o conteúdo que eventualmente será sancionado são as regras do Twitter. Nós não temos nenhuma política por meio da qual a gente ateste se essas contas pertencem a A ou B.

E, mais do que isso, nós temos trabalhado internamente, para garantir que, seja no desenvolvimento de políticas, seja no desenvolvimento de ferramentas algorítmicas, e assim por diante, que nenhum viés pessoal esteja contaminando o nosso processo decisório, qualquer que seja ele.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Doutor, nesses quatro anos de experiência no Twitter, que o senhor tem, com certeza trabalhava na área, de alguma maneira, anteriormente, o senhor já havia visto ordem judicial para retirar do ar um perfil de uma pessoa existente?

Porque, assim, eu não estou falando de perfis falsos ou de perfis com pseudônimos, criados por pessoas reais, ou perfis de robôs. Estou falando de perfis de pessoas existentes, que se apresentam como donos daqueles perfis.

O senhor já tinha visto ordem judicial para excluir o perfil, e não apenas o conteúdo considerado inadequado, ofensivo, violento, impróprio?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputada, eu não trabalho no departamento jurídico, e não tenho esse registro. Então, infelizmente, não posso responder a essa questão específica.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Mas essa ordem recente, do Supremo Tribunal Federal, de retirada de perfis, de pessoas reais, existentes, para o senhor, soou como algo corriqueiro, ou foi algo que pareceu diferente, da sua experiência anterior?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputada, nós já nos manifestamos publicamente a esse respeito. Nós cumprimos a ordem judicial, mas anunciamos que iríamos recorrer,

porque entendíamos que a medida era desproporcional. Isso ainda vai ser objeto de apreciação pelo Supremo.

Peço desculpas por não poder falar muito mais do que isso, porque isso ainda vai ser objeto de apreciação do Supremo Tribunal Federal, mas nós já nos manifestamos publicamente nesse sentido.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Doutor, no próprio STF, está em curso uma ação direta de constitucionalidade, se não estou equivocada, ação nº 51, em que se debatem aqueles acordos multilaterais, de disponibilização de material, por exemplo, quando está numa plataforma, no exterior.

E nesses acordos existe todo um debate sobre a legitimidade de uma autoridade, por exemplo, judicial brasileira ou americana. Dá uma ordem para uma empresa para entregar material que está no exterior, sob pena, por exemplo, de prisão, ou de responsabilização por desobediência.

O senhor, na sua função, acompanha esse debate, sabe falar alguma coisa sobre esse debate? Sabe dizer se nos outros países as regras que vigoram permitem retirada de perfis de pessoas reais?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputada. Essa é, de fato, uma pergunta bastante interessante. A gente, a internet foi pensada para ter um caráter global e aberto. E a gente ainda está num mundo que é nacional, estado, nação. E aí questões modernas como essa se colocam.

Recentemente chegou ao panorama brasileiro a questão da Convenção de Budapeste, por exemplo, que vai inclusive facilitar nesse debate. É importante que o Parlamento olhe para a Convenção de Budapeste também, porque, enfim, aprovado isso, a gente teria melhores possibilidades nessa seara.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Muito obrigado, doutor.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço à deputada Janaina. Vamos dar sequência a nossa lista de inscrições. Passo a palavra à deputada Monica Seixas, para que possa fazer uso do seu tempo regimental. Eu aviso quando der 10 minutos.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Eu quero saber o título

...

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Seu som não está bom, doutora Monica. (Pausa.) Melhorou. Agora, sim.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Fernando, obrigada pela presença. Obrigada, presidente.

O senhor tem dito até agora que a empresa Plataforma está preocupada com uma relação mais saudável para os seus usuários. Em nota recente, na "Folha de S.Paulo", por exemplo, disseram: "Sabemos que ainda temos muito a avançar nos nossos esforços, para promover conversas mais saudáveis no Twitter. Temos tomado uma série de medidas, nos últimos anos, para endereçar esse compromisso, incluindo a revisão de políticas públicas, como a conduta de propagação de ódio, o aumento na detecção proativa, via tecnologia, de conteúdos potencialmente abusivos e o lançamento de dezenas de recursos e funcionalidade, para que as pessoas possam controlar sua experiência na plataforma".

Eu entendo que essa nota publicada no final do mês passado, na "Folha de S.Paulo", entende de alguma forma alguns problemas, alguns usos indevidos.

Queria fazer essa pergunta de duas óticas. Primeiro, perguntar para o senhor, para o senhor esmiuçar para a gente, o que o senhor considera uma experiência não saudável? O senhor disse, por exemplo, que apenas 1.2 dos conteúdos são de baixa qualidade. Mas o que tem dentro desse conteúdo de baixa qualidade. Você consegue mensurar para explicitar? É discurso de ódio? É difamação? É calúnia? É notícia falsa? O que tem dentro para a gente falar o mesmo linguajar que o senhor quando o senhor fala da experiência não saudável desse 1.2 por cento?

E aí, aqui do meu ponto de vista, eu entendo que o debate de fake news tem avançado, porque a gente não está mais falando de blogs que vão lá e fazem uma notícia falsa, que vendem opinião como forma, de fato. A gente está falando de um card, de calúnia. A gente está falando de destruição de reputações. A gente está falando de crimes tipificados na legislação brasileira, como o senhor mesmo disse, que é a calúnia, que é a difamação.

Eu estou correta? É disso que a gente está falando quando o senhor está falando de conteúdos não saudáveis ou experiências não saudáveis no Twitter? É disso que a gente

está falando majoritariamente quando o senhor fala de 1.2 de conteúdo de baixa qualidade?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputada.

De fato, a gente tem trabalhado para... O próprio Twitter definiu, no seu propósito de existir, como servir à conversa pública, e evidentemente a gente quer servir a uma conversa pública que seja saudável. Quando as pessoas vêm ao Twitter, e as pessoas têm vindo cada vez mais ao Twitter, elas vêm porque elas querem se informar. Elas vêm porque elas querem se conectar com seus interesses. Elas vêm porque elas querem fazer uma pergunta e obter uma resposta para algum problema que elas estejam enfrentando. Às vezes elas vêm para se divertir. No Twitter, no seu melhor, ele informa as pessoas, ele as ajuda a se conectarem com os seus interesses, ajuda as pessoas a resolverem seus problemas mais rapidamente. É dessa... É um dos (Inaudível.) que eu tenho para quando a gente fala de uma conversa saudável.

O estudo a que eu fiz referência num estudo sobre a eleição no Brasil é o consumo de conteúdo político e noticioso, e essa... E obrigado pela pergunta, deputada, porque também o tema fake news, ou o tema desinformação, na verdade são guarda-chuvas para uma imensidão de comportamentos. Para algumas pessoas, notícia falsa são informações, o fake news são informações inverídicas, mas tem gente que se refere a isso como ataques pessoais de reputação. Outras pessoas se referem a isso, usam o termo para falar sobre opiniões com as quais elas não concordam, não é? Da mesma forma é a questão do discurso de ódio, que também é um guarda-chuva para abrigar uma série de comportamentos.

Mas eu entendo que a nossa missão é justamente ajudar as pessoas a se conectarem com seus interesses, acessar informação, resolver os seus problemas mais rápido, com sorte perceber que nós estamos todos juntos nessa, nesse Planeta, e que se a gente tiver uma conversa civilizada, um debate público avançado a gente pode seguir em direção a avanço civilizatório.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Mas nesse 1.2 de conteúdo de baixa qualidade nas eleições, o senhor consegue mensurar para mim o que tem majoritariamente para a gente entender do que a gente está falando?

O SR. FERNANDO GALLO - Eu posso compartilhar, esse estudo é público, deputada. Posso compartilhar com a Comissão. Tem umas categorias que os pesquisadores utilizaram para definir os sites que estavam sendo lincados e para definir que sites eram confiáveis ou que sites não eram confiáveis. Esse estudo é público. Eu posso, sem sombra de dúvida, encaminhá-lo à Comissão.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Esse estudo ou a plataforma têm conhecimento do uso de fake news durante as eleições de 2018?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputada, o nosso esforço para promover uma conversa saudável, a gente sabe a importância que as eleições têm no Brasil e no mundo, razão pela qual a gente reforça as nossas equipes, reforça os recursos destinados a garantir que a gente tenha uma conversa hígida e saudável, mas o nosso esforço vai além de períodos e eventos específicos. De novo: a referência que eu tenho no Instituto de Internet de Oxford, essa eu posso certamente compartilhar, esse estudo com a Comissão, ele é bastante importante para entender como é que se deu a conversa, ou pelo menos um olhar de como se deu a conversa dentro do Twitter no 1º turno da eleição.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - O senhor disse hoje para a gente que tem algumas coisas, ou um comportamento nas redes que chamam mais atenção da plataforma e que cabem mais como política para vocês tomarem mais cuidados. Entre eles, eu acho que tomou tanto no debate nacional, mas quanto na fala do senhor, mais corpo o comportamento automatizado, conteúdos automatizados, conteúdos coordenados etc. Chamou a atenção também o debate sobre perfis inautênticos.

O senhor pode nos falar mais sobre esse comportamento da rede, o que seriam perfis inautênticos, o que seriam comportamentos automatizados, que volume isso tem na criação de bolhas e de realidades. O Twitter, por exemplo, é uma plataforma que cria realidades através dos “trends”. Nós estamos lá todos os dias inseridos nos assuntos mais falados: robôs, comportamentos automatizados podem interferir nessa bolha? Como é que vocês chegaram à preocupação, por exemplo, com a automatização de conteúdos, e por que a gente deve se preocupar com eles, e o que é o comportamento inautêntico?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado, deputada.

A senhora passou por alguns temas, eu vou tentar responder cada um deles.

Primeiro, nós temos combatido automações mal-intencionadas no Twitter cada vez mais agressivas e proativamente. Isso data de muitos anos atrás, quando o Twitter começou a combater o spam dentro da plataforma, principalmente o spam comercial. Mas táticas de manipulação de plataforma vão mudando com o passar do tempo, e a nossa tarefa é estar sempre um passo à frente das pessoas que tentam manipular as plataformas, inclusive ter mecanismos, por exemplo, para evitar qualquer tipo de manipulação dos “trending topics” que a gente tem implementado desde 2014.

Em relação a perfis inautênticos, o Twitter, por exemplo, tem uma política de falsa identidade por meio da qual você não pode se passar por outra pessoa com o intuito de enganar o público. Essa é uma violação das nossas regras. As pessoas se referem muito aos robôs, mas pessoas podem tentar usar, manipular as plataformas por meio do que a gente chama de coordenação inautêntica. (Inaudível.) do ser humano que cria várias contas. Não é uma violação do Twitter criar várias contas, ou mais de uma conta, mas é, sim, uma violação você criar várias contas e fazer uma, conversar com as outras, fingir interagir umas com as outras para fingir, ou inflar uma conversa que, na verdade, só tem uma pessoa por trás. Esse é o que a gente chama de coordenação inautêntica, a gente combate também, e também isso está dentro desse trabalho nosso de combater qualquer tipo de manipulação da plataforma.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Tem dados sobre isso também que a gente possa conhecer volume, autores? É possível identificar um comportamento, algum conteúdo, ou isso está generalizado?

O SR. FERNANDO GALLO - A gente tem procurado dar cada vez mais transparência para não só se comunicar mais publicamente, mas inclusive fornecer mais informações e mais dados para as pessoas. Se a senhora for olhar, por exemplo, já faz acho que oito ou nove anos que nós publicamos semestralmente o nosso relatório de transparência. Ele foi evoluindo, e ele hoje é muito maior do que ele era quatro ou cinco anos atrás, e muito maior ainda do que ele era oito ou nove anos atrás. A gente está procurando dar cada vez mais dados e informações, e na nossa central de transparência as pessoas podem encontrar dados a respeito de uma série de medidas que o Twitter aplicou, inclusive aquelas relacionadas à manipulação da plataforma.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Eu acho que a gente precisa solicitar todos esses dados. Eu acho que o Twitter tem muito a colaborar, para a gente mensurar e entender mesmo o comportamento nas redes, e como é que funciona o sistema de desinformação. Queria perguntar para o senhor se para além disso que a gente está enxergando e, portanto, inquirindo o senhor, se existe mais algum ponto de vista ou angulação, como componente da plataforma, que a gente deveria entender quando a gente está falando de desinformação no Brasil.

Falamos de conteúdo de perfis inautênticos, nós falamos sobre calúnia, difamação, destruição de reputações, nós falamos de uma série de outras coisas que me parece que a gente está enxergando aqui; mas não sei se o senhor tem mais alguma colaboração a esse respeito, que seja tarefa desta CPI se debruçar e entender.

O SR. FERNANDO GALLO - Penso que a Comissão pode dar uma grande contribuição, por exemplo, ao se debruçar, por exemplo, sobre o tema da educação midiática. É evidente que essa é uma questão de longo prazo. O Brasil avançou muito, por exemplo, na checagem de fatos. Mas a gente ainda tem muito a avançar na questão da educação midiática. Porque evidentemente as plataformas estão fazendo os seus trabalhos; em alguns casos, os governos e a Justiça estão fazendo o seu trabalho. Mas a gente precisa ter em vista, de novo: o Twitter tem 14 anos, em termos históricos é muito pouco, as pessoas estão aprendendo a entender os ambientes digitais, que são bastante complexos. Então, ajudar as pessoas a entenderem mais sobre privacidade e sobre...

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - (Inaudível.) com a colega Janaina, ela disse que a ascensão da extrema direita tem provocado o que ela chama, ou, enfim, ela tem percebido maior ataque, maior cerceamento da forma do agir da direita na internet. Eu compartilho da mesma impressão, mas de um ponto de vista diferente: eu acho que isso tem a ver com mais gente acessando a internet, eu acho que isso tem a ver com a gente aprender a usar, as pessoas aprenderem a usar, a plataforma de formas diferentes, elas estarem mais acessíveis, mais gente usando.

E a plataforma está avançando também no debate sobre o que é correto e o que não é correto. Mas eu compartilho com ela que, de fato, se a gente for levar com consideração as sanções por violação das políticas do Twitter, por exemplo, como crime de ódio, desinformação e comportamento automatizado, a gente está, de fato, falando numa grande maioria de apoiadores e seguidores da extrema direita na internet. Estamos corretas?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputada, nós não temos nenhum critério pelo qual a gente olha para conteúdo olhando para afiliação, ou para opção política, ideológica, partidária, de quem quer que seja; nem seria possível fazer isso, porque nós temos milhões de usuários dentro da plataforma. Tenho procurado chamar a atenção para algumas pesquisas que estão sendo feitas. Também os pesquisadores estão aprendendo aqui no Brasil a navegar melhor o ambiente digital. Recentemente um grande jornal publicou uma matéria trazendo alguma perspectiva nesse sentido. A gente pediu que nos enviassem as contas, e a gente viu que tinha muitas contas lá que eram contas que falavam sobre futebol, sobre um clube de futebol específico, sobre um ritmo musical específico. Eram contas que não tinham nada a ver com o debate público, mas que foram classificadas como sendo deste ou daquele lado do espectro. Nada, nos nossos critérios internos, leva em consideração a orientação ideológica, e tampouco conheço qualquer pesquisa séria que tenha sido revisada por pares que indique alguma coisa nessa direção.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Para concluir, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Já concluí. Obrigada, Fernando, obrigada pela colaboração. Passo a palavra, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Eu agradeço. Na sequência, na lista de inscritos, o deputado Edmir Chedid, que é autor do requerimento que convidou as plataformas. Com a palavra V. Exa., deputado Edmir. Tem que liberar o som. O seu microfone não está funcionando para mim aqui, deputado Edmir. (Pausa.) Deputado Neri, então. Vou passar ao deputado Neri e, na sequência, eu volto para o deputado Edmir. Com a palavra o nobre relator, deputado Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Boa tarde ao Sr. Fernando Gallo, muito obrigado pela presença e pela explanação. Eu tenho três perguntas a fazer ao senhor, mas antes eu vou fazer uma explanação rápida, até para a população que está nos assistindo e aos deputados do que eu vejo em nosso País.

Tem um jornal que, através do seu jornalista, desejou a morte do presidente da República. Um cidadão desejou a mesma coisa para um ministro, teve a sua conta derrubada, em uma imposição monocrática, sem direito à defesa. Aí, eu paro para pensar,

entre um cidadão que faz um desabafo por descontentamento das nossas instituições, aí entra Judiciário, Legislativo, Executivo. Esse é um desabafo.

O jornal, não. O jornal produz valor de juízo. Então, fica aqui, às vezes, uma interrogação muito grande, porque algumas autoridades têm dois pesos e duas medidas, e não trabalham de forma igual. Mas, quanto às perguntas, eu quero perguntar para o Fernando: como plataforma, como é que a plataforma vê o Projeto das fake news? E por que isso? Vai ter que ter política de controle de regras, podendo ter penas de advertência a multa relativa a dez por cento do faturamento da empresa, e terá que barrar o uso de contas falsas. Até aí eu acho muito bom, eu acho que começa a fazer uma limpeza. Como que, então, a plataforma vê esse Projeto de lei das fake news, Fernando?

O SR. FERNANDO GALLO - Muito obrigado pela pergunta, deputado. Nós reconhecemos a importância do tema da qualidade da informação que circula na internet. Temos trabalhado com afinco para servir a uma conversa pública saudável dentro do Twitter. Eu penso que é fundamental que se olhe para a experiência internacional e para onde, no mundo, se produziu regulação sobre desinformação e quais foram as consequências dessas regulações. Penso que qualquer eventual regulação deve ser pensada sobre os princípios que ela está defendendo e também sobre as externalidades que podem advir dessa regulação.

É preciso cuidar para que, na legítima busca por se fazer frente ao problema que está colocado, não se venha a impactar direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, como proteção de dados, como privacidade, e que não se corra o risco de incorrer em exclusão digital, e que não se venha a prejudicar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

É preciso aprofundar esse debate. Eu tenho confiança de que o Congresso sabe a importância de um amplo debate, que possibilite a criação de consensos. Nós temos acompanhado esse debate, participado desse debate, e nós vamos continuar acompanhando e participando dessas discussões.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Obrigado. Bom, o senhor falou que a plataforma não tem política de juízo sobre a desinformação. Ela, por si só, em alguns temas, não produz. É claro que contra o tráfico sexual infantil e tudo mais ela acaba criando dispositivos, mas houve algumas contas derrubadas com proprietários legalmente corretos. Apresentaram todas as informações para o Twitter, montaram a sua conta.

Então, nós tivemos aí desde uma pessoa comum a empresários, jornalistas e tudo mais, contas derrubadas. O que eu vejo? O usuário das contas derrubadas não teve essa permissão prévia deles. O usuário não teve a oportunidade de fazer sua ampla defesa e o contraditório, para que não se derrubasse essa conta.

Eu sei que foi uma imposição ao Twitter. Eu sei também que o senhor não trata da parte jurídica da empresa, mas o senhor é jornalista de formação. Essa imposição judicial ultrapassou ou não os limites da liberdade de expressão? Como que a plataforma vê isso?

Porque eu não preciso conversar com um advogado para me responder isso. O senhor, como o jornalista, como pessoa que representa o Twitter, pode me dizer como que a plataforma se sentiu derrubando contas de pessoas que não tiveram nem a oportunidade de se defender para que essas contas não fossem derrubadas.

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, nós cumprimos, foi uma determinação, uma decisão do Supremo. A gente bloqueou as contas para atender a uma ordem judicial proveniente de um inquérito do Supremo.

Embora não caiba ao Twitter para defender a legalidade de qualquer conteúdo postado, ou a conduta das pessoas que foram impactadas por essa ordem, nós já nos manifestamos quanto ao cumprimento da ordem no sentido de que consideramos a determinação desproporcional, sob a ótica do regime de liberdade expressão que vige no Brasil, e essa foi a razão pela qual a gente recorreu dessa decisão de bloqueio.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Então, tudo bem, é até bom deixar mais claro, Fernando, pelo seguinte. Eu sou usuário do Twitter. Então, eu confio na tua empresa como usuário. Eu espero que eu, que trabalho corretamente, tudo mais, eu possa confiar naquela empresa, que eu coloco os meus dados, que eu coloco as minhas opiniões.

Porque de certa forma, mesmo que não seja judicialmente, mas em público, ela defende aquele que realmente tem a conta existente. Eu não estou falando dessas contas falsas. Eu estou falando daquela pessoa que realmente abriu a sua conta e o Judiciário veio e derrubou.

Não pode ter só o... O que eu espero da empresa, como usuário? E não só ter o discurso do politicamente correto, “nós vamos obedecer aí a interferência judicial e não vou expor a minha vontade ou o que eu penso sobre o cerceamento da liberdade de expressão”.

O que eu quero saber da plataforma o seguinte. A plataforma cumpriu o que realmente foi determinado. Está entrando judicialmente, mas, para uma resposta social a esses donos de conta, foi excessiva essa ação judicial impetrada pelo STF?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, quando do cumprimento da decisão, nós nos manifestamos publicamente, dizendo que entendíamos que a medida era desproporcional, e que, por essa razão, nós recorreríamos. O Supremo ainda vai deliberar sobre esse tema.

Eu peço a compreensão de V. Exa., no sentido de que nós já nos manifestamos a esse respeito, e agora aguardamos a apreciação do nosso recurso.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Não, claro. Concorde. Qual a visão da plataforma do tema fake News, ou desinformação? Qual que é essa visão? Porque, se for aprovada essa legislação, e como a gente está vendo que no mundo inteiro está tendo... Quase no mundo inteiro, quase todos os países estão fazendo esse trabalho sobre essa desinformação, e, estranhamente, em uma virada de jogo político que teve no mundo.

Como que a plataforma tem essa visão de fake news? Como que ela vai poder trabalhar nisso sem pender para a esquerda, para a direita, para o centro? Porque fica muito delicado para a plataforma, e eu acho que ela não deveria estar sofrendo como está sofrendo nesse tema, porque ela só dá disponibilidade para o usuário transmitir a sua mensagem.

É claro que ela tem que ter dispositivos de segurança. É diferente do jornal, que eu falei inicialmente, que ele tem responsabilidade direta, objetiva sobre qualquer matéria que é colocada. O senhor é jornalista e sabe disso, mas eu vejo que muitas autoridades estão fazendo um trabalho de, de certa forma, sufocar as plataformas, para tirar a palavra do cidadão, para tirar o anseio do cidadão.

Eu também sofro críticas e, às vezes, até fake news, mas um ministro que não quer sofrer crítica, ou o deputado que não quer sofrer crítica tem que procurar outro emprego, trabalhar em outra coisa. Mas como que a plataforma entende isso, e como ela trabalharia nessa circunstância?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, o nosso trabalho de combate à desinformação tem uma série de vertentes, desde o combate às automações maliciosas,

outros tipos de manipulação de plataforma, mas aí a gente está olhando para conduta das contas, não o conteúdo.

Nós estamos trabalhando no desenvolvimento de algumas políticas específicas, como, por exemplo, a nossa política de mídia sintética e manipulada, para fazer frente aos chamados deep fakes, e outras mídias que tenham sido criadas com o objetivo, com a intenção de distorcer a percepção das pessoas, enganar.

Nós temos feito uma série de intervenções na plataforma, para ajudar as pessoas a encontrarem informação de credibilidade. Como o meu comentei aqui mais cedo. Nós lançamos uma inovação de produto, que é a possibilidade de etiquetar, rotular determinados conteúdos, que é pra dar mais granularidade neste debate sobre moderação de conteúdo.

Nós temos apoiado programas de checagem de fatos e de educação midiática. Então, nós temos, sob diversas frentes, enfrentado o problema da desinformação.

Mas, ao mesmo tempo, nós não temos nenhuma política sob a qual a gente ateste o que é verdade ou não, porque a gente entende que não cabe ao Twitter arbitrar o que é verdade ou não. E aliás, não é só a empresa que entende dessa forma. Se o senhor for olhar o que dizem aí os especialistas em liberdade de expressão no mundo todo, também entendem da mesma forma. Então, é dessa forma que nós temos olhado para a questão da desinformação.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Eu concordo. E eu acho que não é a plataforma que tem que fazer juízo sobre o que é desinformação ou não, diferentemente dos jornais, redes de televisão; esses, sim, têm obrigação de saber se realmente a fonte é verdadeira e se a notícia é verdadeira.

Agora, a empresa existe há 14 anos. Essa desinformação veio hoje, veio ontem? Essa desinformação acontece em 2016 ou ela já acontece desde a criação da empresa, a criação do Instagram? Pode ser que anteriormente não tenha tido tanta ênfase como tem hoje. Mas essa desinformação já vem desde o início da empresa? Sobre um assunto político, comercial, empresarial?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, os especialistas nesse tema atentam para o fato de que esse é um fenômeno que data, não é nem de décadas atrás, é de séculos. A desinformação não foi criada com as plataformas. Fenômenos “desinformativos” existem desde muito antes na história; eles não nasceram com as plataformas digitais.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Então, maravilha. Então, para finalizar, eu até falo isso porque eu sou militar. E, como militar, nós temos informação e contrainformação. Isso é uma técnica que nós temos, de trabalhar com a criminalidade. E agradeço ao senhor por todas as respostas.

E então nós estamos trabalhando não é um assunto de 2018 ou um assunto de 2020. Nós estamos tratando de um assunto de séculos, porém sempre usadas ferramentas ao seu tempo. Então, poderia ser um cartaz, no século anterior, poderia ser um jornal antes dessas plataformas. Então, quer dizer que esse tema pode até ser milenar.

Então, eu vejo que realmente o que nós precisamos ter cautela e realmente trabalhar é para assegurar a liberdade de expressão da população. Obrigado pelas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Dando sequência, então, à lista de inscritos, eu passo a palavra ao deputado ao deputado Edmir Chedid. Ver se a sessão já voltou. Ainda não, deputado Edmir. Ainda não, vamos tentar aqui pelo outro.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E agora, Excelência?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - (Vozes sobrepostas.) Não, vai dar muito eco aqui. Vamos lá.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E agora, Sr. Presidente? (Vozes sobrepostas.)

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Ele está em dois.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Eu estou desligando o outro aqui. Agora melhorou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito. Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Caio França, muito obrigado pela oportunidade. Dizer da nossa alegria de poder participar, com V. Exa. e os nobres

deputados, de mais uma CPI que vem trabalhando muito na Assembleia Legislativa. E tem sido um objeto muito debatido, e é importantíssimo.

Esta semana, aqui em Bragança Paulista... Eu não sei se os senhores sabem, mas Bragança foi uma das primeiras cidades a ter linha telefônica - Dom Pedro I. E o prefeito, aqui, acabou por restaurar todo o museu do telefone existente aqui, comprou o prédio da Telefônica.

Eu, no meu discurso aqui, falava: “olha, cinco, seis, sete horas para fazer uma ligação daqui para São Paulo no passado”. Deputado Caio França nem nascido era, né. Acho que eu já era nascido e ouvia a conversa: “oh, agora conseguiu a ligação telefônica” e tal. E hoje a gente vê a rapidez e agilidade da imagem, do som conjuntamente. Viemos para rádio, para televisão.

E agora temos tudo automaticamente e ligado ao mundo, através da internet. Só que o que me preocupa muito, Sr. Presidente, é a forma como as pessoas utilizam, né. O que eu sempre penso é que tem que ter um regramento. As pessoas que falam de outras pessoas e não conseguem provar.

O senhor está acostumado muito com isso, o senhor é político, presidente da CPI; o senhor seu pai. Isso aí, na campanha eleitoral, ou mesmo empresas... A gente vê cada coisa de maldade, no mundo, que na rádio, na televisão, no jornal de boa-fé, acaba não acontecendo, porque tem punibilidade.

Então, acho que essa CPI é importante para ajudar Brasília, também, em São Paulo, para que não haja mais isso. Eu via, com muita atenção... Sabe que minha origem é libanesa - meus avós, meu tio. Minha avó veio grávida do meu pai de lá para cá; ele nasceu aqui no Brasil e tal. E eu via, na internet, a notícia lá do porto de Beirute, no Líbano, aquela explosão, aquela coisa louca.

E eu estava numa das redes sociais; estava na rede social de um jornal e tal, ou de uma rádio. E eu me perguntava: será que isso é verdade? Será que isso é fake news? Mais do que rápido, eu fui para uma página oficial de imprensa para saber se aquilo era verdade ou não era.

Parece que a maldade está instalada em todo lugar. Infelizmente, era verdade. Podia até ter sido fake news e a gente não ter a perda de tantas vidas, o problema todo que aquele país atravessa.

Mas fazer esse preâmbulo, Sr. Presidente. Eu queria agradecer a presença do Fernando Gallo, que representa o Twitter hoje. Eu tinha muitas perguntas para fazer. Quando fiz aquele requerimento, todos os Srs. Deputados aprovaram, para a gente ouvir

o Twitter, o Facebook, até para entender um pouquinho como eles trabalham, o que eles podem fazer, como eles podem melhorar.

Acho que todos nós deputados não queremos calar a boca de ninguém. Agora, as pessoas têm que respeitar o outro ser humano, respeitar tudo o que existe. E coisas absurdas. Aqui em Bragança, semana passada, Sr. Presidente, saiu aqui, numa das redes sociais, que uma senhora, mulher de um empresário famoso aqui na cidade, que todo mundo conhece, havia falecido de Covid. Olha que maldade.

Aí, a gente vai procurar saber: não, não morreu. Graças a Deus, não morreu. Mas veja onde nós estamos, aonde chega a maldade das pessoas.

É por isso que a gente precisa achar um caminho conjunto. Eu acho que esta CPI que a Assembleia Legislativa de São Paulo faz não é para punir. Ela quer descobrir o que aconteceu na campanha lá de 2018, mas a motivação principal dela é saber daqui para frente o que a Assembleia de São Paulo pode contribuir para que a comunicação melhore.

Então eu vou às perguntas rapidamente, Sr. Presidente. Desculpe de eu ter me alongado um pouquinho, mas agradecer ao Fernando pela sua presença. Você já explicou várias coisas, mas eu vou lá pontualmente. Eu gostaria de saber qual é a estrutura da rede que dispõe atualmente o Twitter no Brasil para fazer esse trabalho todo de inteligência artificial de humanos.

Quantos profissionais tem mais ou menos essa equipe que trabalha diretamente no combate à fake news? O senhor prefere que eu faça todas ao mesmo tempo, Sr. Presidente? O que o senhor acha?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Não, não, deputado. Pode ser assim mesmo. Podemos manter o mesmo ritmo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Está bom. Obrigado. Prazer em tê-lo conosco, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado, deputado, pelo questionamento. O Twitter é uma empresa global. Nós temos cerca de 5.200 funcionários no mundo. Temos pessoal no Brasil, mas é importante dizer que diversas equipes que não estão no Brasil trabalham inclusive em questões brasileiras.

A gente está rodando uma plataforma que é global. Via de regra, o Twitter divulga dados globais, mas nós temos 5.200 funcionários no mundo. As pessoas costumam se

referir aos gigantes da internet, deputado, mas a verdade é que o Twitter é uma empresa menor até do que outras empresas aí que o senhor vai classificar como plataformas digitais.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Está certo. E aí qual é a média que vocês têm de “posts” bloqueados diariamente ou mensalmente no Brasil que contribuem com a desinformação?

E se também você tem esses números em termos de Brasil e se tem também esses números em termos de estado de São Paulo sobre esse problema. E a comparação de Brasil com o mundo, de São Paulo com o mundo. Se o problema se mostra mais grave aqui ou em outra... Se é São Paulo ou se são outros estados, outra parte do mundo. O senhor tem essa perspectiva, essa informação?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, o Twitter tem uma central de transparência aonde a gente publica informações relativas à moderação de conteúdo, tudo aquilo que foi reportado para nós e tudo aquilo que nós sancionamos em função de violação dos nossos termos de uso, das nossas regras.

É importante lembrar que nós não temos uma regra, uma política sobre desinformação. Então, nós não podemos ter dados sobre de desinformação porque nós não temos uma política sobre desinformação.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas quando os senhores... Então vou reformular a pergunta para facilitar. Quando os senhores tiram alguma conta do ar em função de quem está transmitindo desinformação e mentira, você tem esses números?

Você pode encaminhar para a gente posteriormente para a gente entender o processo em termos de Brasil, em termos de mundo, o que está acontecendo?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, nós temos um conjunto de regras. Então, por exemplo, as pessoas não podem... O que é vedado como regra? Ameaças de violência, comportamento abusivo, divulgação de informação privada, mas nós não temos nenhuma regra; não temos nenhuma política sobre desinformação.

É a razão pela qual a gente não modera conteúdo em função de desinformação e, dessa forma, nós não temos métricas a esse respeito porque nós não fazemos moderação de conteúdo em função de atestar a veracidade daquele conteúdo ou não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas você tem um percentual daqueles que então publicam lá coisas íntimas e que vocês tiram do ar automaticamente dentro de tudo. Vocês têm esses números? Podem fornecer para a gente para entendermos um pouquinho o que pensa o mundo, o que pensa para contribuir conosco?

O SR. FERNANDO GALLO - Sim, inclusive nesse centro de transparência que é público, qualquer usuário pode ir lá acessar essa página. Eu posso encaminhar o link depois para a comissão, mas para cada uma das regras do Twitter tem métricas relativas a denúncias e a medidas tomadas. Eu posso, sem sombra de dúvida, encaminhar o link para a comissão.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É importante para ficar registrado em Ata, para chegar documentação. Por isso que eu insisto, Fernando, para que as pessoas, os sub-relatores, o relator final possa ter os conteúdos, possa ter ali tudo à sua mão, que o trabalho é bem sério da comissão; os deputados estão querendo acertar.

E como é que pode chegar - talvez você possa nos ajudar; eu acho que é fundamental isso - ao equilíbrio entre o combate à fake news e a liberdade de expressão. Eu sei que é algo complexo, mas você tem como nos ajudar?

Como que a gente pode chegar a um equilíbrio desse em termos de redes sociais? Não só a que você representa, mas de uma forma geral.

O SR. FERNANDO GALLO - Essa é a grande tarefa, deputado. Como equilibrar a liberdade de expressão e segurança? Como equilibrar a liberdade de expressão e uma conversa pública saudável?

Eu penso que as plataformas como o Twitter precisam continuar evoluindo as suas políticas, a forma como as ferramentas que estão à disposição dos usuários para que eles controlem melhor a experiência deles. Que continuem melhorando os seus sistemas de moderação de conteúdo, a forma como detectam comportamentos abusivos.

Então as plataformas precisam fazer a parte delas, mas também - e eu penso que aí nesse sentido a Assembleia, essa comissão pode dar uma grande contribuição - é investir na questão da educação midiática.

É ajudar a ensinar as pessoas, colocar isso nos currículos escolares para que já, desde a sua mais inicial formação, as crianças possam desenvolver essas habilidades que são tão necessárias no mundo que é cada vez mais digital.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. Muito importante essa colocação sua de aprendizado desde o início. E o senhor acredita que uma legislação mais clara no Brasil estabelecendo penalidades específicas para quem produzir, compartilhar fake news pode contribuir com o trabalho de vocês?

Eu não estou falando até de punir a empresa A, B, mas aquele que realmente usa e abusa das redes sociais. Eles podem ser punidos? O que o senhor pensa disso? O senhor acha que pode haver uma legislação mais clara ou não?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputado. Nós temos participado bastante das discussões já há três meses no Congresso Nacional a respeito disso. O Senado aprovou; o PL está agora na Câmara em fase de audiências. Eu penso que é preciso - sempre chamo atenção para isso - olhar para a experiência internacional, porque não somos só nós, aqui no Brasil, que estamos olhando para o fenômeno da desinformação e entendendo como a gente faz frente a ele. O mundo está olhando para isso também.

Se o senhor for olhar, por exemplo, para o mundo desenvolvido, o assim chamado “mundo desenvolvido”, o senhor verá que não há, no mundo desenvolvido, nenhum país que tenha aprovado uma legislação específica sobre desinformação.

E qualquer eventual regulação precisa ser olhada do ponto de vista dos princípios que está defendendo, mas também das externalidades que podem advir dela. O texto do Senado, a forma como ele chegou à Câmara, coloca uma série de riscos para direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, como a proteção de dados, a privacidade das pessoas, riscos de exclusão digital, riscos para o desenvolvimento social e econômico. Evidentemente, a gente não quer, com uma regulação, gerar externalidades desse tipo. Então, é dessa forma que estamos olhando para o cenário regulatório.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. Fernando, tem algum país, já que o senhor falou do mundo mais desenvolvido, tem algum país em que os senhores não conseguem atuar? No mundo inteiro, vocês atuam. A internet é mundial. Tem algum país em que vocês não conseguem atuar? Existe alguma proibição, algo parecido?

O SR. FERNANDO GALLO - Deputado, sim, existem alguns países nos quais a nossa operação está bloqueada. Eu não saberia dizer especificamente quantos, mas, sim, existem países nos quais a nossa operação está bloqueada.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor poderia, depois, encaminhar, informar esta CPI por escrito, quais são, o que eles alegaram? Para a gente ter conhecimento de como é o mundo e quais são. O senhor faria essa gentileza para a gente, posteriormente, encaminhando?

O SR. FERNANDO GALLO - Eu certamente posso fazer, dar sequência a isso com o senhor e sua equipe, sim. Com a comissão.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Perfeito. Quero agradecer muito, Fernando, pela sua participação. Acho que foi muito produtiva a sua presença e acho que são oportunos todos os questionamentos que os Srs. Deputados da CPI vêm fazendo.

Agradecer ao senhor, à sua empresa, cumprimentar os funcionários lá. Tomara que vocês gerem muito emprego aqui no Brasil, principalmente em São Paulo. E agradecer, Sr. Presidente, pela oportunidade de participar mais uma vez. Obrigado, deputado Caio França, senhoras e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço ao deputado Edmir também. Tem uma questão de ordem do deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É rápida, Sr. Presidente. Sr. Fernando, o senhor inclusive respondeu agora ao deputado Edmir Chedid sobre o link que o senhor pode enviar. Minha assessoria foi checar o link, está lá disponível, o problema é que a gente não tem um filtro por país. A pergunta que eu queria fazer: existe esse filtro? Eu posso selecionar períodos e países ou a plataforma não me permite?

O SR. FERNANDO GALLO - Para informações relacionadas a requisições, determinações legais, sim. Há uma possibilidade de olhar isso por país, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então, nós podemos fazer por escrito o pedido, porque pelo link não dá para ter por país. A gente tem por período, mas é global. Perfeito?

O SR. FERNANDO GALLO - Para requisições legais, determinações legais, é possível, sim, ver por país.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito, podemos fazer o pedido de forma legal, através do Judiciário. Obrigado.

O SR. FERNANDO GALLO - Não, na verdade estou só... No que se refere a requisições legais, determinações judiciais para a plataforma, tem uma sessão que permite, lá no site, ver por país.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A CPI pode fazer o pedido? Tem como acessar por país? Porque a gente encontrou o global. O período, sim, mas o global. Se o senhor pudesse indicar o caminho.

O SR. FERNANDO GALLO - Eu posso, depois, dar sequência com o senhor e com a sua equipe, para a gente explicar melhor como funciona a central.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Antes de concluir, Fernando, eu só, de minha parte aqui, não vou usar (Inaudível.), mas eu só gostaria de saber: você participou, Fernando, já usando o meu tempo aqui, como colaborador do projeto de lei que tramita agora na Câmara Federal?

O SR. FERNANDO GALLO - Temos participado de uma série de reuniões e debates. Inclusive, a Câmara... O Senado não fez nenhuma audiência pública, mas a Câmara está fazendo uma série de audiências públicas. Participei de uma delas, que se referia ao tema da identificação de usuários. Enfim, temos participado ativamente dessas discussões.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - E sua avaliação é de que o projeto, se permanecer do jeito que ele estava, que foi aprovado no Senado, ele é possível de ser viabilizado? Ele para em pé? As plataformas conseguem cumprir tudo aquilo que lhes é exigido em relação ao projeto aprovado?

O SR. FERNANDO GALLO - Obrigado pela pergunta, deputado.

O projeto, do jeito que está hoje, ele apresenta uma série de externalidades que podem criar riscos de violação de direitos fundamentais dos usuários, como liberdade de expressão, como privacidade, como proteção de dados, riscos para o desenvolvimento econômico. Há uma série de exigências de intervenção de produto que são muito custosas e que levariam muito tempo para ficarem prontas.

Então, da forma como o projeto está, ele está trazendo uma série de riscos, mas a gente tem clareza e confiança de que a Câmara sabe que é preciso aprofundar esse debate e criar mais consenso para que a gente chegue a um texto que seja melhor do que o que a gente tem hoje.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok, Fernando.

Dessa forma, nós encerramos aqui os questionamentos e intervenções dos parlamentares. Já temos, inclusive, um atraso razoável para a próxima reunião, mas quero, mais uma vez, agradecer em nome de todos os deputados, da Assembleia Legislativa, pela gentileza em comparecer a esta CPI para prestar auxílio e informações em relação ao Twitter, que é uma plataforma muito utilizada por todo brasileiro, com informações rápidas, e que também entende que é importante que se possa pensar em como fazer com que a plataforma possa ser mais transparente e possa trazer informações verdadeiras ao cidadão.

Eu vou deixar que o senhor possa fazer as considerações finais, já se despedindo dos colegas deputados.

O SR. FERNANDO GALLO - Agradecer ao senhor, deputado Caio França, agradecer aos demais membros, Sras. Deputadas e Srs. Deputados membros desta comissão, agradecer pela oportunidade. Espero que, de alguma forma, tenha podido ajudar a qualificar um pouco mais esse debate. Permaneço à disposição da comissão.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Eu agradeço. Acredito que vamos ter que fazer alguns requerimentos que foram sugeridos, até mesmo pelo senhor, para que a gente possa ter acesso a alguns documentos, mas, de antemão, agradeço mais uma vez a gentileza em participar aqui conosco desta CPI.

Quero, antes de concluir, lembrar que temos uma nova reunião para ouvir a Sra. Mônica, representante do Facebook, de políticas públicas também. Mas, de antemão, vou dar três minutos para que os deputados possam tomar uma água e, na sequência, já receber a Sra. Mônica. Muito obrigado, mais uma vez, a todos.

Está encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *